

Deixando de ser fronteira

Território, população e conflito
na conquista e colonização de Guarapiranga

No Longer a Frontier

Territory, Population, and Conflict
in the Conquest and Colonization of Guarapiranga

ÁLVARO ARAÚJO ANTUNES¹ <https://orcid.org/0000-0001-6551-8319>

¹Departamento de História

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/número, Mariana, MG, 35.420-000, Brasil

alvoantunes@gmail.com

MARCO ANTONIO SILVEIRA² <https://orcid.org/0000-0003-4290-0608>

²Departamento de História

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/número, Mariana, MG, 35.420-000, Brasil

mantoniosilveira@yahoo.com.br

RESUMO Nas últimas décadas, a análise da ocupação das áreas da capitania e da província de Minas Gerais ganhou destaque na historiografia especializada. Em boa medida, os estudos têm ressaltado o desenvolvimento rural e das atividades agropecuárias, concomitantemente ou em substituição aos trabalhos de extração aurífera, cuja produção declinou ao longo da segunda metade do século XVIII. Este artigo apresenta uma contribuição pontual ao debate sobre a territorialização das Minas por meio da análise de um documento inédito referente à Guarapiranga:

Recebido: 31 jan. 2019 | Revisto pelos autores: 01 jun. 2019 | Aprovado: 13 ago. 2019

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000300007>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, p. 857-893, set/dez 2019



o “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”. Relacionando a análise quantitativa e qualitativa dos dados extraídos do referido rol com registros populacionais do século XVIII e XIX, o artigo apresenta um panorama populacional, territorial e administrativo de uma das mais importantes freguesias do termo de Mariana — uma região de fronteira que, na segunda metade dos Setecentos, se tornaria a mais populosa e economicamente atrativa do leste mineiro.

PALAVRAS-CHAVE população, colonização, Guarapiranga

ABSTRACT In recent decades the specialized historiography has given special attention to the analysis of the occupation of areas belonging to the captaincy and province of Minas Gerais. Rural development and the expansion of the farming have been highlighted, both in conjunction with and to replace gold mining activities, which declined during the second half of the eighteenth century. This article aims to present a particular contribution to the debate about the territorialization of Minas through the analysis of an unpublished document about Guarapiranga: “*Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766*” (List of those who confessed and took communion in 1766). Relating the quantitative and qualitative analysis of the data collected from this list to other population records from the eighteenth and nineteenth centuries, the article presents a demographic, territorial and administrative picture of one of the most important parishes within the limits of Mariana — a frontier region which during the second half of the eighteenth century became the most populous and economically vibrant area in the east of Minas Gerais.

KEYWORDS population; colonization; Guarapiranga

A análise da ocupação das áreas pertencentes ao vasto termo de Mariana — isto é, sua circunscrição administrativa e territorial — adquiriu importância e extensão nas últimas décadas através de estudos que sublinharam certa tendência à ruralização e ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, a despeito do impacto da decadência da mineração

aurífera (Martins, 2018; Almeida, 2010; Andrade, 2008; Carrara, 2007). Boa parte dos estudos tem se valido de listas nominativas e de relações de habitantes do final do século XVIII e principalmente das primeiras décadas do XIX. (Paiva, 1986; Libby, 2013; Botelho, 2013) O diálogo com essas fontes permitiu que fossem estabelecidas relações temporalmente dilatadas entre as dimensões demográficas e econômicas de Minas Gerais, colocando em perspectiva o fluxo e o refluxo das populações e das produções, bem como a própria constituição do espaço da capitania de Minas Gerais.

Neste artigo deseja-se apresentar uma contribuição pontual a esse debate por meio da análise de um documento inédito: o “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”, referente à freguesia de Guarapiranga, termo de Mariana.¹ Segundo as determinações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os párocos deveriam confeccionar anualmente uma relação das pessoas que haviam confessado e comungado no período da Quaresma. Homens com mais de quatorze anos e mulheres com mais de doze que não comungassem ou não confessassem os pecados cometidos estavam sujeitos à excomunhão.² Respondendo a tais exigências legais e espirituais, chamadas “desobrigas”, o rol de confessados em foco traz informações sobre os domicílios e a população de uma das freguesias mais produtivas e populosas do termo de Mariana.

Os dados demográficos sobre Minas Gerais relativos ao século XIX são bem conhecidos graças aos recenseamentos produzidos durante o período imperial, marcadamente desde a década de 1830.³ Para o

1 Salvo melhor avaliação, trata-se de um dos mais antigos documentos do gênero para a capitania de Minas Gerais. O rol de confessos em questão encontra-se no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM), 2º Ofício, sob o título “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”. Cabe observar ainda que a maioria dos róis de desobriga conhecidos para o bispado de Mariana encontra-se no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AHMM).

2 *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro I, Título XXXVII. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720. §§ 144 a 151.

3 Os dados do recenseamento de 1831-1832, por exemplo, foram disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa Histórica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, no endereço: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal>.

século precedente, as informações mais detalhadas sobre a população advêm das listagens nominativas produzidas, na quase totalidade, pela Igreja. Fruto da ação administrativa e fiscalizadora eclesiástica, os róis de confessos têm sustentado os argumentos de alguns importantes estudos sobre Minas Gerais (Lewkowicz, 1992; Carrara, 2007). Apesar dos avanços das pesquisas demográficas sobre o século XVIII, muito ainda resta para ser conhecido e explorado, especialmente quando considerado o dilatado processo de ocupação e formação do território da *capitania do ouro*.

Com o propósito de revelar a constituição e o desenvolvimento de Guarapiranga no período anterior ao recenseamento de 1831-1832, o presente artigo recorrerá ao inédito “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”, cotejando-o com outros documentos do século XVIII e XIX, nomeadamente o relato de Luís José Correa Gouveia e outros registros sobre a freguesia constantes no *Código Costa Matoso*; os róis de confessados de 1780 a 1804 e as sistematizações que deles fizeram Ângelo Alves Carrara e Carla Almeida; o pouco visitado “Mapa da população da Leal Cidade de Mariana e seu termo”, produzido pelo capitão-mor Antonio Alves Pereira no ano de 1810; e, por fim, as considerações de dom frei José da Santíssima Trindade realizadas no início da década de 1820.⁴ Espera-se, dessa forma, contribuir com uma análise da freguesia de Guarapiranga ao longo de aproximadamente uma centena de anos, considerando-se sua população, a constituição de estruturas colonizadoras e as transformações pelas quais passou.

php (consultado em 16 mai. 2018). Diversos trabalhos têm lançado mão desse recurso para estudar a freguesia de Guarapiranga, circunscrição do presente artigo. Para citar alguns estudos mais recentes, vale mencionar: VALENTE, 2016; ANDRADE, 2014; LEMOS, 2014.

4 A fora o rol de 1766 e a obra de Carrara, já identificados, ver: Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga. In: *Código Costa Matoso*. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América, que fez o doutor Caetano da Costa Matoso, sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999; Mapa de população da Leal Cidade de Mariana, Arquivo Público Mineiro (APM), Secretaria de Governo, Caixa 84, Documento 54.

CRIAÇÃO, POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA FREGUESIA DE GUARAPIRANGA

O “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766” abrange a circunscrição relativa à freguesia de Guarapiranga, que havia sido instituída com vigário colado em 1724. Sua colação se deu junto à de outras dezenove freguesias e resultou de consultas feitas a esse respeito ao bispado do Rio de Janeiro e a dom Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar, que governou a capitania de São Paulo e Minas do Ouro entre 1717 e 1721. Além de Guarapiranga, foram providas e elevadas pelo rei à condição de freguesia colada a igreja principal da vila do Carmo e as dos arraiais de Furquim, de São Sebastião e de Catas Altas. As freguesias coladas eram circunscrições religiosas com considerável número de fiéis, dotadas de párocos concursados e remunerados através de côngruas (Matoso, 1999, p.384-386).⁵

Segundo o cônego Raymundo Trindade, que se baseou em documentação pastoral, antes de 1724 diversas freguesias já haviam sido estabelecidas no termo da vila do Carmo, embora não fossem coladas (Trindade, 1953, p.66-69). Havia vigários, além de Guarapiranga, em Antônio Pereira, Camargos, Catas Altas, Furquim, Inficionado, São Caetano, São Sebastião, Sumidouro e na sede do termo. Em outras palavras, por motivos relacionados tanto ao governo civil quanto ao eclesiástico, já nas primeiras décadas de colonização das Minas a região da vila do Carmo contava com uma estrutura paroquial, cujos fundamentos perdurariam por muito tempo.

Para além das capelas e freguesias primevas, um catálogo confeccionado aproximadamente em 1744 registra, como matrizes pertencentes à comarca eclesiástica da vila do Carmo, as seguintes igrejas: Nossa Senhora da Conceição, na sede do termo; São Sebastião e Almas; Conceição de Guarapiranga; Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro; Senhor do Bonfim de Antônio Pereira; Bom Jesus do Furquim; São Caetano; Conceição dos Camargos; Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado;

5 *Códice Costa Matoso*, p.384-385.

e Conceição de Catas Altas. O mesmo documento apontava o padre Manuel Ribeiro Guimarães como pároco de Guarapiranga, freguesia que, por sua relevância, fazia, portanto, parte da rede eclesiástica estabelecida nas primeiras décadas do século XVIII.⁶

Cinco anos mais tarde, em 1749, um documento coletado por Caetano da Costa Matoso, ouvidor de Vila Rica, indicava o número de “pessoas de confissão e comunhão” nas referidas freguesias, pertencentes à agora cidade de Mariana, denominação resultante da elevação da vila do Carmo em 1745, em decorrência da criação do bispado de Minas Gerais. No referido documento, aparecia mais uma freguesia, a de São José da Barra do Gualaxo ou Barra Longa.⁷

Tabela 1: Rol de pessoas de confissão e comunhão no termo de Mariana (1749)

Freguesia	Pessoas de confissão e comunhão
Cidade Mariana	7.329
Antônio Pereira	1.395
Furquim	2.441
Camargos	1.412
Inficionado	2.880
São Sebastião	1.500
São Caetano	2.604
Sumidouro	4.610
Barra Longa	2.612
Catas Altas	3.783
Guarapiranga	5.536
Total	36.102

Fonte: Rol das pessoas de confissão e comunhão em diversas vilas de Minas Gerais. In: *Código Costa Matoso*, p.706-707.

6 *Código Costa Matoso*, p.818.

7 O “Rol das pessoas de confissão e comunhão em diversas vilas de Minas Gerais” informa ainda que o convento das Macaúbas possuía setenta recolhidas e 14 escravas, “todas de comunhão”. *Código Costa Matoso* p.706-707.

Ainda que se deva sublinhar os limites das informações demográficas obtidas através de róis de confessados, os dados apresentados constituem um bom indicativo de como a população de Mariana se distribuía pelo termo. Enquanto 20,3% das pessoas apontadas viviam na sede, o restante — a grande maioria — ocupava os arraiais e suas áreas circunvizinhas, fosse em razão da exploração aurífera ou de atividades agro-pastoris. Chama a atenção o fato de Guarapiranga incorporar o maior contingente populacional depois da cidade: 15,3% do total, ou 19,2%, se descontada a sede do termo. Tratava-se, indiscutivelmente, de área com história e dinâmica próprias, que merece atenção por sua relevância demográfica e econômica. Na ocasião consistia em área fronteiriça em relação ao sul do termo de Mariana, a região para além dos rios Xopotó e Turvo não tendo ainda efetivamente se expandido.

O processo colonizador da região de Guarapiranga foi caracterizado pela presença marcante de uma população autóctone, principalmente de nação puri. Segundo o relato que Luís José Ferreira de Gouveia endereçou à câmara marianense por volta da metade do século XVIII, no início da década de 1690 teria saído de São Paulo uma bandeira comandada pelos capitães Francisco Rodrigues Sirigueio e Antônio Pires Rodovalho, os quais, visando alcançar a lendária Casa da Casca, chegaram ao Guarapiranga e nele “se arrancharam em uma capoeira do gentio à beira-rio, em o qual descobriram ouro, e em um córrego que nele faz barra”⁸. Houve dispersão devido à ocorrência de conflitos entre os bandos dos dois capitães, mas em 1693 Rodovalho retornou, tendo sido dado à paragem o nome Sirigueio, epônimo que teria permanecido com o tempo.

Descendo uma légua o rio, foram encontradas mais “capoeiras do gentio”, bem como outro córrego, ao qual denominaram das Almas. Nesse lugar fizeram roças e ergueram um “arraialzinho”, sendo o rio intitulado Guarapiranga pela grande presença de pássaros vermelhos nele (*guará*, vermelho; *piranga*, pequeno). No ano seguinte, tendo sido aberto caminho para o Sumidouro, começaram também a trabalhar no

8 *Códice Costa Matoso*, p.257.

córrego Bernardo de Chaves Cabral, Inácio Moreira, João de Godói e o sargento-mor Luís de Barros Franco, entre outros paulistas. Na ocasião, erigiram a capela de Nossa Senhora da Conceição, onde rezava missa o frei José de Jesus, “por alcunha, o Caturra”. Em 1695, já se havia construído igreja, para a qual foi enviado o vigário Roque Pinto de Almeida. Em 1724, por determinação de dom João V, a paróquia tornou-se colada, tendo à frente o vigário Manuel Tenreiro.⁹ A presença constante de clérigos, bem como a evolução da organização religiosa, sugerem o crescimento paulatino da importância econômica, política e social da região, que aos poucos deixaria de ser uma frente de expansão para se tornar uma das mais populosas e produtivas freguesias do termo de Mariana.

Diogo de Vasconcelos, descrevendo as conquistas no rio São Francisco durante a década de 1690, acrescentou de passagem uma informação sobre o povoamento da região piranguense, destacando que o coronel João Amaro, conhecido sertanista, após ter descoberto ouro, fixou-se à pouca distância de Guarapiranga — “rio abaixo do arraial, em cuja matriz foi sepultado no dia seguinte ao seu falecimento, sucedido em sua fazenda no dia 2 de fevereiro de 1721”. Trata-se de João Amaro Maciel Parente, que, tendo atuado na “Guerra dos Bárbaros” no final do século XVII — de que lhe resultou a obtenção de sesmaria em terras baianas e o senhorio de uma vila que receberia seu nome nas cercanias do rio Paraguaçu —, abriu, em 1693, uma via sertaneja que ligava Ilhéus ao rio São Francisco. De acordo com Francisco de Assis Carvalho Franco, Amaro acabou por deixar a região em busca do ouro das Minas Gerais, onde estabeleceu-se de início no rio das Velhas e

9 Segundo Cláudia Damasceno Fonseca, o bispo do Rio de Janeiro e o governador de Minas Gerais, dom Lourenço de Almeida, elaboraram uma lista composta de doze localidades cujas paróquias encomendadas deveriam se tornar coladas. A elas dom João V decidiu acrescentar mais oito, sendo as vinte consideradas dignas da elevação devido, entre outros motivos, a seu expressivo número de fregueses. Para a autora, tratava-se, do ponto de vista das autoridades, dos “vinte mais importantes estabelecimentos da capitania em 1724, do ponto de vista demográfico e econômico”. Ainda conforme a autora, “em larga medida, os ritmos distintos da gênese e do crescimento das aglomerações mineradoras e agrícolas refletem-se na distribuição espacial e temporal das capelas e sedes paroquiais de Minas Gerais” (FONSECA, 2011, p.102 e p.105).

depois, quando já se achava “bastante rico”, na região do Guarapiranga. Aí, além de ter enfrentado e vencido os emboabas ao lado do paulista José Dias Leme, “fundou uma grande fazenda com engenho de açúcar”, casou-se em segundas núpcias com a irmã do fundador do arraial do Furquim, alcançou a patente de capitão-mor e foi designado, em 1714, governador do distrito.¹⁰ Como informa Márcio Roberto Alves dos Santos, a vila de João Amaro, relativamente próxima de Salvador, “se tornaria estratégica no controle do tráfego mercantil entre a Bahia e as minas do ouro” (Santos, 2017, p.244). A trajetória do conhecido sertanista ajuda a entender algo sobre a conexão de Guarapiranga com o sertão baiano por meio da decisiva região do rio das Velhas, porta de entrada do gado nordestino em Minas Gerais.

Na ocasião em que Luís José Ferreira de Gouveia escreveu seu relato, isto é, na metade do Setecentos, a freguesia teria 5.200 pessoas, sendo 3.630 de comunhão, o que rendia ao vigário de cinco a seis mil cruzados por ano. A igreja principal, que se encontrava no meio do arraial, em “nobre terreiro”, contava com um “cemitério à roda” e 80 moradias. A ela estavam ligadas quatro irmandades: Nossa Senhora da Conceição, de 1718; das Almas, de 1727; do Santíssimo, de 1744; e a do Rosário dos Pretos, de 1745. O arraial

10 Segundo Diogo de Vasconcelos, em narrativa questionada por Adriana Romeiro, Guarapiranga, já constituída como arraial, teria sido palco de um dos conflitos da Guerra dos Emboabas (1707-1709.) VASCONCELOS, 1974, p.55-56. Para Adriana Romeiro, “em razão do caráter pioneiro e ao mesmo tempo profuso em detalhes, a narrativa de Vasconcelos tornou-se a matriz de todos os estudos posteriores sobre o levante emboaba, mesmo daqueles que perseguiam o rigor e a objetividade, como J. Soares de Mello e Isaías Golgher. Aos historiadores não se afigurou um problema o fato de Vasconcelos ter acrescentado, de *motu* próprio, à sua reconstituição histórica, uma inverossímil batalha em Guarapiranga, jamais referida pelas fontes disponíveis”. (ROMEIRO, 2008, p.190) Francisco Franco, no verbete “João Amaro Maciel Parente”, ratifica a ocorrência do conflito contra os emboabas em Guarapiranga, nele envolvendo João Amaro e seu companheiro José Dias Leme — nomes que, em seu relato sobre o episódio, Diogo de Vasconcelos não cita. FRANCO, 1953, p.283-284). A bibliografia do verbete de Carvalho Franco, além de Vasconcelos, abarca também outros autores e fundos documentais. Assim, é possível que, ou a origem do relato do embate emboaba em Guarapiranga, mesmo sendo falsa, não tenha tido apenas o autor mineiro como ponto de partida, ou o conflito tenha de fato ocorrido, por mais inverossímil que pareça.

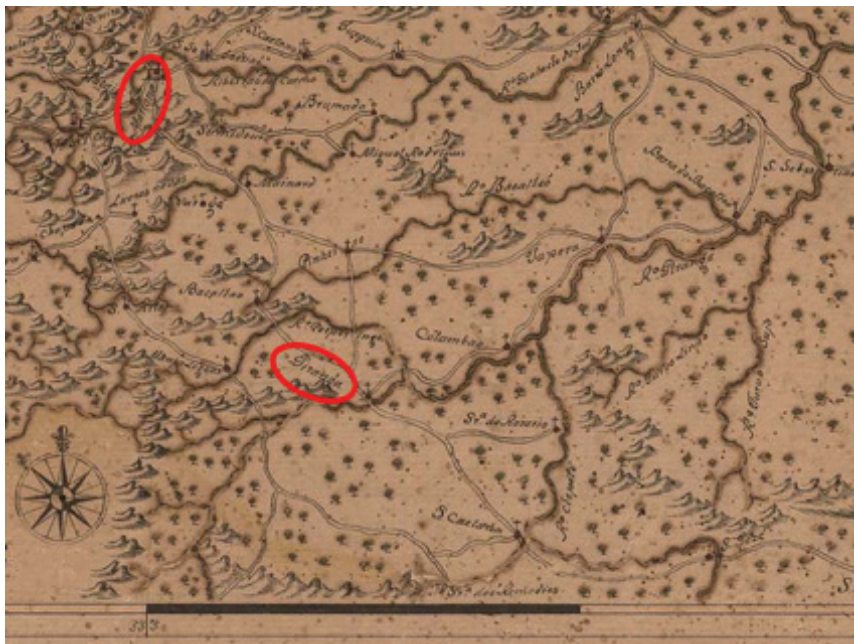
se compõe de duas ruas para a parte do rio e uma para sair do terreiro para fora, para a parte da estrada, com vinte e cinco moradas de casas de sobrado, 55 térreas, com capacidade para se fazer uma povoação muito grande pelo terreno, águas, muita terra para mantimentos e o rio que passa pelo pé dele, navegável por toda a freguesia. Esta, do que está povoado, tem do Pirapetinga — divisa da comarca, termo e freguesia, por repartição que fez o guarda-mor Bernardo de Chaves Cabral em 1715, por ordem do Excelentíssimo Senhor dom Brás, governador que era nestas Minas — até o arraial 3 léguas, que hoje pertencem a ela; deste ao vão grande do rio, na lavra de Antônio de Torres Chaves, 20; tem de comprido 23. De Gaspar José, vindo da Cidade [Mariana], ao arraial, 3, e do arraial ao Xopotó 6; são 9 de largo, onde mais.¹¹

Assim, segundo a descrição, tomando-se o rio Pirapetinga — que punha limites à freguesia, ao termo da cidade e à comarca de Ouro Preto —, o caminho para Mariana e a região do Xopotó, Guarapiranga possuía um território ocupado de aproximadamente 23 léguas de comprimento (sentido Leste-Oeste) e nove de largura (sentido Norte-Sul), respectivamente 150 km e 60 km. A extensão da freguesia, no entanto, era maior, pois, como se verá, Gouveia não considerou em sua descrição diversas áreas em fase de ocupação.

Como pode ser visto no mapa abaixo, o rio Guarapiranga nasce na serra da Mantiqueira e segue na direção nordeste até encontrar-se com o ribeirão do Carmo — vindo de Mariana — para com ele tornar-se o rio Doce. Nessa trajetória, tem como afluentes principais o Pirapetinga (margem acima, sentido noroeste), o Xopotó (margem abaixo, sentido sul), o Turvo (margem abaixo, sentido sul) e o Bacalhau (margem acima, sentido leste). Foi fundamentalmente em torno desses cursos fluviais que o povoamento da freguesia se deu.

11 *Código Costa Matoso*, p.258.

Mapa 1: Mapa da comarca de Vila Rica de 1779 (José Joaquim da Rocha)
Detalhe do termo de Mariana



Fonte: ROCHA, José Joaquim da. Mapa da comarca de Vila Rica. 1779. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1090219/cart1090219.html>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Guarapiranga — ou Piranga, conforme grafado no mapa de 1779, de autoria de José Joaquim da Rocha — era um arraial distante cerca de sete ou oito léguas de Mariana, mas conectado à sede do termo e a outras freguesias por meio de estradas e rios navegáveis.¹² A configuração de suas principais localidades, apontadas no Quadro 1, já se achava consolidada em meados do Setecentos. Como indicado no mapa, ligando

12 Waldemar de Almeida Barbosa informa que a mudança do nome de Guarapiranga para Piranga ocorre em 1841, quando o arraial se torna vila. É interessante observar, entretanto, que o topônimo Piranga já era utilizado no século XVIII para designar a região, como evidencia o mapa de José Joaquim da Rocha. BARBOSA, 1971, p.253-254. Sobre a distância entre Guarapiranga e Mariana no século XVIII, destacadas no mapa, ela foi definida como sendo de sete léguas e meia. Cf. *Códice Costa Matoso*, p.255.

Guarapiranga a Mariana havia as estradas de Pinheiros e do Bacalhau, que convergiam no povoado denominado Mainard. Por elas circulariam pessoas e produtos dos mercados atlântico, regional e local, notadamente escravos, ouro e produtos agropecuários. A carta geográfica de 1779 aponta ainda formas de conexão de Guarapiranga com outras regiões do termo de Mariana, como é o caso de São Sebastião e Barra Longa, arraiais que podiam ser alcançados pelo caminho que passava por Calambau, Tapera e Barra do Bacalhau. Chama a atenção também, mais ao sul, a localização estratégica dos rios Xopotó e Turvo, este último tendo desempenhado um papel decisivo na ocupação do Sudeste mineiro, em especial da região do Pomba (cujo principal localidade é designada no mapa como São Manuel dos Coroados). Ambos os rios se articulam à serra da Mantiqueira e, portanto, às rotas que levavam ao Sul da capitania mineira, a São Paulo e ao litoral do Rio de Janeiro. Para além da estrada que, passando por Guarapiranga, atingia São José do Xopotó e seguia adiante na direção de São Manuel do Pomba, vale destacar também outra rota paralela, situada mais abaixo, que, vindo de Vila Rica e passando por Manja Léguas, alcançava o povoado de Nossa Senhora dos Remédios. Para os objetivos deste artigo, uma das vantagens do mapa da comarca de Vila Rica em relação a outro relativo à capitania de Minas Gerais, também elaborado por José Joaquim da Rocha na mesma época, consiste na apresentação de certo enquadramento que permite uma visualização mais precisa não apenas dos rios, como também dos caminhos e de formas do relevo. O que resulta da análise desse documento cartográfico é a percepção de que Guarapiranga encontrava-se em condições de estabelecer contatos com regiões do termo marianense, com outras partes da comarca de Vila Rica e das Minas, bem como com outras capitanias.¹³ Pode-se dizer, nesse sentido, que nem sua formação,

13 Com o intuito de compreender melhor a circunscrição da freguesia da Guarapiranga, o leitor pode também se valer do Google Maps, pois parte dos municípios atuais guardaram seus nomes coloniais. Esse recurso auxilia também no entendimento da localização da referida freguesia em relação ao Rio de Janeiro e a outros pontos importantes. O limite do uso do Google Maps, como não poderia deixar de ser, está no fato de o programa representar a situação atual do território, ignorando, portanto, traços de época que desapareceram com o

nem seu desenvolvimento foram mero reflexo da dinâmica aurífera ou do que se passava em Mariana. É nesse sentido que se pode falar de um desenvolvimento relativamente autônomo de Piranga.

Quadro 1: Principais localidades da freguesia de Guarapiranga (Segunda metade do século XVIII)

Localidade	Rio de referência	Nome atual
Guarapiranga	Guarapiranga	Piranga
Bacalhau	Bacalhau	Santo Antonio do Pirapetinga
Manja Léguas	Pirapetinga	Distrito de Piranga
Senhora da Oliveira	---	Senhora de Oliveira
Brás Pires (N. S. do Rosário)	Xopotó	Brás Pires
Desterro do Melo	Xopotó	Desterro do Melo
Espera	Espera	Rio Espera
São José do Xopotó	Xopotó	Alto Rio Doce
São Caetano do Xopotó	Xopotó	Cipotânea
Santana dos Ferros (Barra do Bacalhau)	Bacalhau Guarapiranga	Guaraciaba
Calambau	Guarapiranga	Presidente Bernardes
Tapera	Guarapiranga	Porto Firme

Fontes: Trindade, 1953; Barbosa, 1995; Matos, 1981, vol. 1, p.108; Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766; Mapa da comarca de Vila Rica, José Joaquim da Rocha, 1779.

A localização às margens do rio Guarapiranga, bem como a descoberta de ouro nelas, viabilizou a produção aurífera e agropecuária, bem como a concomitante migração e fixação de numerosa população, conforme

tempo, especialmente rotas e caminhos. O Quadro 1 auxilia o leitor caso deseje consultar o Google Maps.

pode ser visto na Tabela 1 e no rol de 1766, que será retomado adiante. Os povoadores, contudo, enfrentariam as ameaças do sertão, sintetizadas por Sérgio Buarque de Holanda através do trinômio “feras, febres e ‘frenchas’” (Holanda, 1994, p.90). As sezões, como eram identificadas as febres intermitentes, as brenhas, seus animais e os gentios estão presentes nos primeiros relatos acerca da região e não se ausentariam dos documentos ao longo do Setecentos, especialmente na primeira metade. Tais relatos, evidentemente, trazem a perspectiva dos colonos, os quais tendiam a conceber matas, feras e indígenas como partes de um mesmo todo selvagem. Assim, no início da povoação, os miasmas do sítio teriam feito diversas vítimas até que a “benção milagrosa” do padre Roque Pinto de Almeida pusesse fim aos males, segundo se acreditava à época. (Barbosa, 1995, p.254).

Sinalizando o processo de ampliação da fronteira, em 1720, Domingos Dias Ribeiro rogava ao governador a permissão para armar uma bandeira à cabeceira do Guarapiranga para conquistar “o gentio que achar bravo”.¹⁴ Não obstante as expedições, em 1746 os moradores lamentavam os assédios praticados pelos indígenas, solicitando novas permissões para conquistá-los e catequizá-los (Resende, 2007, p.225). Não muito tempo depois, o primeiro bispo de Minas Gerais, dom frei Manuel da Cruz, relatou que a freguesia de Guarapiranga estava constantemente ameaçada pelos indígenas, que provocavam distúrbios, mortes e roubos. Em favor dos moradores da localidade, o religioso defendeu a prática da “guerra justa” contra os índios, aqueles que escapassem da morte devendo ser apreendidos e vendidos “por ser gente sem lei e rei”; ademais, com o cativo receberiam “o benefício da nossa fé” (Paiva, 2010, p.36). Tendo seu povoamento se iniciado em finais do século XVII, na primeira metade da centúria seguinte a região de Guarapiranga continuava, na perspectiva dos agentes colonizadores, sujeita às contingências próprias de áreas de fronteira aberta e selvagem.

14 Talvez não seja excessivo explicitar que o presente artigo visa descrever aspectos da colonização da região de Guarapiranga, sendo, nesse sentido, inevitável retomar o discurso etnocêntrico que também a constituiu. Referir ou parafrasear o discurso colonizador, principalmente quando este aparece associado às fontes que o produziram, não significa, claro, corroborá-lo.

Na segunda metade do Setecentos, novas estratégias buscaram incorporar os indígenas ao “comércio dos homens civilizados”. A repressão armada se manteria no governo de Luís Diogo Lobo da Silva, de 1763 a 1768, porém associada à ação catequética. Essa estratégia avançou com a nomeação do padre Manoel de Jesus Maria, que atuou entre os índios coropós e coroados no sertão dos rios Pomba e Peixe, próximo a Guarapiranga. Em tese, Lobo da Silva seguiria as determinações do Diretório dos Índios, promovendo o cristianismo, estimulando a agricultura e cuidando da instrução dos gentios.¹⁵ Com maior ou menor parcimônia, a mescla “civilizadora” de ações armadas e catequéticas seria o ingrediente abertamente utilizado pelos governadores de Minas Gerais até o fim da guerra contra os botocudos, no ano de 1831.

Ao longo do tempo, o caso de Guarapiranga evidencia uma espécie de área híbrida. De um lado, no início do processo de colonização e nas regiões mais a leste, havia uma constante insegurança causada pela ausência de regularização da propriedade privada, bem como pela maior intensidade dos conflitos com as comunidades indígenas. De outro lado, com o tempo, a parte norte do rio Guarapiranga tornou-se uma frente mais estável, com maior grau de institucionalização e de regulação da posse da terra, através da concessão de sesmarias, bem como com melhores condições para o desenvolvimento econômico, o consumo e a comercialização de produtos agropecuários e minerais em nível local, regional e mundial. Assim, como será detalhado mais adiante, em 1750, enquanto a parte norte do rio Guarapiranga estava mais consolidada, com unidades produtivas associadas à agropecuária e à mineração, na porção sudeste, especialmente na bacia dos rios Turvo e Xopotó, eram mais intensos os conflitos entre colonizadores e indígenas.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos colonos, as potencialidades produtivas de Guarapiranga serviram, como se disse, de atrativo para um contingente populacional significativo. Referindo-se à capacidade da

15 *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*. Disponível em: < <http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt> >. Acesso em: 19 nov. 2015.

região, Waldemar de Almeida Barbosa informa que, entre 1753 e 1756, “são inúmeras as sesmarias concedidas” para o plantio de milho e para a construção de paióis, engenhos, senzalas e casas de vivenda que moldariam os espaços urbanos e rurais da região (Barbosa, 1995, p.254). Essas áreas produtivas geravam consideráveis rendimentos, aspecto que é possível observar através do pagamento dos dízimos. Conforme Ângelo Carrara, entre 1750 e 1753 Guarapiranga possuía o maior número de pagadores de dízimos da capitania de Minas Gerais e a segunda maior arrecadação, atrás apenas de Paracatu.¹⁶ Apesar de apresentar posteriormente progressivas quedas de arrecadação, Guarapiranga continuaria a figurar entre as três freguesias mineiras que mais pagavam dízimos até pelo menos o ano de 1807. Ainda que parte da produção fosse consumida por seus habitantes, a localização da freguesia fornecia as condições para a realização de um comércio de excedentes mais amplo, envolvendo Mariana, Vila Rica e mesmo regiões fluminenses.

FLUXO DE FRONTEIRA: TRAJETOS, HABITANTES E PROPRIEDADES

Para se traçar as rotas e passagens que garantiram o fluxo de mercadorias e pessoas em Guarapiranga, importa relacionar a descrição feita por Luís José Ferreira de Gouveia com as informações do “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”, em parte sintetizadas na Tabela 2. Este último, ao assinalar as unidades domiciliares, acaba por referir os lugares e caminhos percorridos pelos arroladores, alguns deles representados no mapa de 1779, o qual servirá de guia ao leitor para acompanhar o périplo. Conquanto o levantamento tenha sido feito por diferentes personagens, pode-se reconstituir, segundo a ordem de

16 Guarapiranga contava com 424 pagantes e arrecadou, para o período de 1750 a 1753, mais de 9.000 oitavas de ouro, enquanto Paracatu contava com 396 dizimistas, que pagaram mais de 13.300 oitavas em imposto. CARRARA, 2007, p.360. Destaque-se que, se tomado o valor da oitava como equivalente a 1.500 réis, e se considerado o valor de um escravo jovem e capacitado como sendo de 200.000 réis, as referidas 9.000 oitavas equivaleriam a um significativo plantel de aproximadamente 70 cativos.

apresentação do próprio rol, o trajeto realizado por um único e fictício arrolador. Seu ponto de partida é a sede, dividida em arraial da matriz e arraial de cima, que juntos somavam 117 domicílios e 553 habitantes.¹⁷

Provavelmente o termo “arraial de cima” refere-se ao povoado de Santo Antônio do Bacalhau, localizado nas cabeceiras do rio de mesmo nome. Isso significa que o arrolador deixou a sede e seguiu a estrada na direção norte, chegando ao Bacalhau. Esse trecho aparece no rol com o nome de “caminho do Pirapetingã”, que, passando por Mainard, levaria ao importante mercado consumidor de Mariana. Certamente, o fluxo de recursos serviria de estímulo para a fixação, ao longo desse caminho, de 274 moradores dispostos em 28 fogos. Na sequência, o arrolador desceu o Pirapetinga até a barra no Piranga, como sugere a denominação “rio abaixo”. Não é mencionado, no entanto, o povoado de Manja Léguas, situado nas cercanias da nascente do Pirapetinga. Embora não seja simples explicar essa ausência — e se voltará a esse ponto mais adiante —, vale mencionar que, como mostra o mapa de José Joaquim da Rocha, para alcançar o dito povoado seria preciso caminhar à beira do rio, mas no sentido oposto ao que levava à barra do Piranga.

Na barra, o arrolador tomou a direção leste, seguindo as margens do Piranga, em busca da paragem do Calambau e, mais à frente, da barra do Xopotó. Começou, então, a subir esse rio. A certa altura, rumou para oeste, tomando o caminho de Santa Quitéria, até chegar a São Caetano da Espera, à margem do ribeirão de mesmo nome.¹⁸ Ao subi-lo, alcançou os dois ramos do Brejaúbas, o pequeno e o grande, os quais, juntos, congregavam 104 habitantes, distribuídos em apenas 11 residências. Logo depois, caminhando na direção noroeste, alcançou o povoado da Espera. Também não são feitas menções a São José e Desterro do Melo, distritos localizados mais ao sul do Xopotó e relativamente próximos de suas nascentes.

17 Para evitar as repetições da referência documental em outras notas, observe-se que toda a descrição da trajetória e os dados a seguir são respaldados no rol de 1766. ACSM - 2º Ofício, Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766.

18 Devido à sua localização, São Caetano da Espera era também comumente chamada, na segunda metade do século XVIII e no início do XIX, de São Caetano do Xopotó.

Da Espera, o arrolador tomou a direção inversa, rumando no sentido leste, em busca dos povoados da Senhora da Oliveira e da Senhora do Rosário de Xopotó — que também era conhecido como Brás Pires, em homenagem ao fundador da capela, o rico fazendeiro Brás Pires Farinho. Estando na Senhora do Rosário, atravessou o Xopotó para sua margem oriental, onde passou a seguir pela beira do ribeirão de Santo Antônio, um de seus afluentes. Posteriormente, caminhando na direção norte, rumo ao rio Guarapiranga, chegou a Santo Antônio do Calambau.¹⁹ Margeando o mesmo rio, sempre na direção norte, terminou o fictício trajeto no ribeirão da Tapera, sem fazer menção à capela de Santana dos Ferros, situada na mencionada barra do rio Bacalhau. Ao longo de todo esse trajeto pelo eixo Senhora do Rosário/Santo Antônio do Calambau/Ribeirão da Tapera, havia cerca de 1.400 moradores registrados no rol de confessados.²⁰

Em seu relato, de cerca de 1750, Luís José Ferreira de Gouveia distingue duas regiões: a da margem norte do Guarapiranga, onde situava-se o arraial, abrangendo a área em torno do Pirapetinga e a que se estendia até a barra do Bacalhau; e a da margem sul, que abarcava o Xopotó e o Turvo. Especialmente quando descreve a “banda do arraial”, destaca a importância dos ribeirões ligados ao Guarapiranga, em torno dos quais foram se estabelecendo lavras e roças. É possível cotejar a descrição de Gouveia com os dados do rol de 1766, apresentados na Tabela 2. Deve-se destacar que, embora Gouveia faça referência ao rio Turvo, nem ele, nem os povoados que abarcava aparecem no rol, certamente porque essa área não compreendia de fato a freguesia piranguense. Assim, a margem norte (“banda do arraial”) corresponderia à parte acinzentada

19 Há uma distinção entre a paragem do Calambau e a de Santo Antônio do Calambau, ainda que ambas fossem próximas. O arrolador fictício teria passado pela primeira localidade no início de sua jornada, chegando à segunda já no fim dela.

20 Enfim, o rol de 1766 apresenta as localidades referidas, fixadas na ordem seguinte: Guarapiranga, arraial da matriz; arraial de cima (Bacalhau); caminho do Pirapetinga; caminho do Pirapetinga, rio abaixo; Calambau; caminho do Xopotó; caminho do Xopotó, rio acima; caminho de Santa Quitéria; São Caetano da Espera; Brejaúbas Grande; Brejaúbas Pequeno; Espera; Senhora da Oliveira; Nossa Senhora do Rosário do Xopotó (Brás Pires); ribeirão de Santo Antônio; capela de Santo Antônio do Calambau; ribeirão da Tapera.

da Tabela 2, contando com 1.163 moradores e 194 domicílios, e a margem sul (“outra banda do rio”) abrangeria a parte não acinzentada, na qual se encontram 2.539 habitantes e 199 residências. As respectivas médias habitantes/domicílio atingem 6,0 e 12,8.

**Tabela 2: Distribuição de domicílios e habitantes por localidade
Freguesia de Guarapiranga – 1766**

Localidade	UD	NH	H/D
Guarapiranga - arraial do terreiro da matriz	64	314	4,9
Arraial de cima	53	239	4,5
Caminho de Pirapetinga	28	274	9,8
Caminho de Pirapetinga – rio abaixo	33	278	8,4
Calambau	16	58	3,6
Caminho do Xopotó	54	341	6,3
Caminho do Xopotó – rio acima	10	245	24,5
Caminho de Santa Quitéria	05	64	12,8
São Caetano da Espera	21	252	12,0
Brejaúbas Grande	07	79	11,3
Brejaúbas Pequeno	04	25	6,2
Espera	18	136	7,6
Senhora da Oliveira	02	24	12,0
Nossa Senhora do Rosário do Xopotó	05	173	34,6
Ribeirão de Santo Antônio	22	330	15,0
Capela de Santo Antônio do Calambau	48	698	14,5
Ribeirão da Tapera	03	172	57,3
Total	393	3702	9,4

Fonte: AHCMM. Rol dos que confessaram no ano de 1766. UD = Unidades domiciliares. NH = Número de habitantes. H/D = média de habitantes por domicílio.

Segundo Gouveia — que apresenta uma descrição mais microscópica de certas áreas, indicando pontos não identificados no mapa de 1779 —, acompanhando-se o curso do rio Guarapiranga desde o oeste, achava-se a capela de Nossa Senhora dos Remédios, bem como os ribeirões do Macuco, do Cachorro e do Real — neste último estando localizada a capela de Nossa Senhora de Oliveira e São Pedro. Mais adiante, tendo-se passado pelos ribeirões da Conceição, do Piçarrão, do Sirigueio e das Almas, alcançava-se o arraial de Guarapiranga. Pouco adiante, o Pirapetinga fazia barra. Este rio achava-se povoado “até as cabeceiras”, numa distância de seis léguas, “em que tem algumas lavras por terra e duas rodas no rio, um engenho de cana de bois de Silvestre da Silva, [e] outro é da viúva que ficou do sargento-mor Domingos Teixeira”.²¹

Mais acima, havia outras lavras e roças — uma delas “com seu engenho de água, pilões e moinho” —, além das capelas de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Piedade. No Pirapetinga metiam-se dois outros ribeirões, também já povoados: o da Paciência e o do Bacalhau. Neste, fora erguida a capela de Santo Antônio e depois um arraial próprio — o “arraial de cima”, segundo o rol de 1766 —, que na ocasião em que Gouveia escreveu, possuía quatro casas assobradadas e 33 térreas. Tomando-se o caminho do Bacalhau para a sede da freguesia — portanto, cruzando-se o Pirapetinga —, passava-se pelas capelas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Quitéria, perto da qual os córregos de José Dias e do Peixe faziam barra no Guarapiranga. Logo adiante, chegava-se ao povoado de Santo Antônio do Calambau,²² — “e tudo até aqui povoado de roças e lavras no rio”. Três léguas abaixo localizava-se o ribeirão da Tapera, que tinha roças, mas não ouro. Por fim, chegava-se à barra do rio Bacalhau, ocupado de lá para cima até um vão grande — limite efetivo da freguesia pela “banda do arraial”.

No que diz respeito à margem sul do Guarapiranga — a “outra banda do rio” —, Gouveia menciona recorrentemente a presença das

21 *Códice Costa Matoso*, p.258.

22 Também referido na documentação coeva como Calhambau. Esta é, aliás, a forma adotada por Gouveia.

populações indígenas. Com efeito, assinala que, do referido “vão grande” até a barra do Turvo, tudo “está despejado por causa do gentio”. Na barra havia um “engenho de canas de bois do padre Manuel da Silva Borges e lavra, e não estão muitos nele por causa das mortes que o gentio fez a brancos e negros”. No entanto, achava-se nas cercanias o sargento-mor Miguel Pires, “com roda”, provavelmente destinada à moagem de cana de açúcar, à produção de farinha ou à exploração do ouro. Da barra do Bacalhau à do Xopotó, quatro léguas na direção oeste, e desta pelo rio acima, mais quatro léguas, havia povoação, “mas hoje está deserto por causa de o gentio ter assolado tudo e queimado um engenho que nele estava”. Ainda assim, mais adiante localizava-se o povoado de Brás Pires, com sua capela do Rosário. Dali, seguindo-se pelo mesmo Xopotó, por três ou quatro léguas, havia “alguns moradores”. Voltando-se ao norte, do ponto de encontro entre o Xopotó e o Guarapiranga, até a sede da freguesia, “são roças e lavras de pouca entidade”.²³

É possível concluir, portanto, que os conflitos entre indígenas e colonizadores, na área de fronteira ao sul do Guarapiranga, consistia numa das causas de seu baixo povoamento pelos colonos. O rol de 1766, no entanto, aponta para uma realidade diversa. Pode ser que no momento da elaboração do relato de Gouveia — isto é, bem na metade do século —, os conflitos com indígenas tenham sido especialmente acentuados. Pode ser também que o próprio relato exagerasse nas tintas ao descrever o suposto baixo povoamento da margem sul com o intento de justificar, junto às autoridades, uma ação mais contundente contra os índios da região.

Da riqueza das informações fornecidas por Luís José Ferreira de Gouveia, alguns aspectos chamam a atenção. Antes de tudo, o relato indica um trajeto diferente daquele apresentado no rol de 1766, partindo da “banda do arraial”, a oeste, passando pela “outra banda do rio” e terminado novamente na primeira, nas cercanias da sede da freguesia. Gouveia, ao descrever a freguesia, certamente tinha uma intenção diferente daquela que movia os arroladores de 1766, priorizando informar

23 *Códice Costa Matoso*, p.259.

sobre as áreas de fato ocupadas com base na indicação de ribeirões, fazendas e capelas. Em relação a estas últimas, parte delas localizadas em fazendas, é comum que o relato informe que possuíam capelães sustentados pelos próprios moradores. A referência a propriedades compostas de lavras, roças, engenhos de cana de bois, pilões, jiraus, rodas e moinhos consiste em outro aspecto importante. Seguindo-se a descrição de Gouveia, não resta dúvida de que a região de Guarapiranga foi ocupada desde os primórdios da colonização de Minas, atraindo não somente exploradores de ouro, mas também criadores de gado e, principalmente, cultivadores de mantimentos e cana para aguardente.²⁴

Não parece, num sentido específico, haver muita diferença frente à ocupação de outras áreas da capitania mineira, nas quais os territórios conquistados eram repartidos entre os sertanistas ou povoadores visando-se à produção mineral ou agropecuária. Por volta da metade do Setecentos, contudo, o Leste de Minas implicava o choque constante com grupos indígenas, aspecto decisivo que o diferenciava em relação a núcleos de ocupação consolidados como Vila Rica e Mariana — embora neles a presença quilombola não pudesse ser negligenciada. Seja como for, a despeito de certas semelhanças, não se pode ignorar as especificidades das várias regiões que compunham Minas Gerais, uma vez que o território da capitania, depois província, envolvia condições geográficas distintas, bem como diferentes formas de se inserir em redes locais ou regionais de produção, comercialização e consumo. A relativa proximidade do Sudeste mineiro em relação à cidade do Rio de Janeiro e às próprias sedes da capitania e do bispado, por exemplo, colocava problemas que não eram os mesmos para uma região como a de Paracatu, cujos vínculos remetiam a Sabará, aos caminhos que seguiam para os portos nordestinos e às conexões com Goiás. Desconsiderar tais especificidades

24 Esse aspecto, já abundantemente mencionado pela historiografia, foi tratado por Roberto Borges Martins. Segundo o autor, “o setor interno, longe de ser ‘basicamente de subsistência’, era diversificado desde o século XVIII, produzindo um grande leque de bens de consumo, agrícolas, pecuários, alimentos processados, várias manufaturas, bens intermediários e matérias primas, destinados ao mercado doméstico e, em muito menor grau, a exportações interprovinciais” (MARTINS, 2018, p.472).

pode levar ao erro de se compreender o estudo de uma dada freguesia como algo inócuo, já que ela nada mais seria do que a expressão local de um todo homogêneo, sendo documentos como o rol de 1766 apenas um mero ponto de uma curva já traçada. Na verdade, a compreensão de como se constituíram os mercados locais e regionais em Minas e do modo como se inseriram em redes mercantis mais amplas depende de análises verticalizadas que rechacem leituras homogeneizadoras.

O que deve ser sublinhado na informação de Gouveia é a clara distinção entre a margem norte e a sul do rio Guarapiranga, a primeira sendo apresentada como mais ocupada e segura e a segunda como estando em fase de contenção ou refluxo. É curioso, contudo, que em seu relato não sejam sequer mencionados lugares como São Caetano do Xopotó, Espera, Senhora da Oliveira e o ribeirão de Santo Antônio. Em contrapartida, a região de Manja Léguas, embora não seja referida com este topônimo, é descrita por Gouveia. Trata-se da área que vai da barra do Pirapetinga às suas cabeceiras. Nela, aparece a capela de Nossa Senhora da Conceição, que, localizando-se no dito povoado, correspondia a um dos extremos dessa parte do trajeto, sendo o outro o arraial do Bacalhau. Como se disse, a causa principal do menor povoamento colonial da margem sul do Guarapiranga era, para o informante, a guerra contínua contra os indígenas.

O conflito com os indígenas dificultava o pagamento das desobrigas e de outras parcelas devidas aos vigários, que vinham, por isso, declarando os moradores por monitórios, além de penhorá-los.²⁵ Isso já havia ocorrido com o pároco Luís Pinto de São Jerônimo e estava para acontecer com o vigário João Barbosa Maciel, ambos cobradores do que lhes ficaram devendo os fregueses quando serviram na matriz. O cônego magistral Manuel de Pinto Cardido, da mesma forma, ameaçava de excomunhão os moradores, que também sofriam com as cobranças das

25 Vale lembrar que, segundo as *Constituições*, os que não confessassem e comungassem nos períodos estabelecidos para desobriga seriam declarados “rebeldes”, podendo ser excomulgados e incorrer no pagamento de multas diárias. Cf. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, Livro I, Título XXXVII, §§ 144 a 151.

irmandades. Assim, não haveria “mais remédio que fechar-se a igreja, porque raro ficará que se não declare”. Desse modo, Gouveia pedia solução aos camaristas para que os habitantes de Guarapiranga “se pudessem alargar para o sertão” e não fossem colocados “fora do grêmio da Igreja”. E concluía:

Se se abrisse o caminho por esta freguesia para o Rio de Janeiro pelo Xopotó, ela e Sua Majestade, que Deus guarde, [e essa] cidade teriam grandes interesses pelas faisqueiras e fazendas que haveria, e pela brevidade com que o caminho fica, seria utilidade grande.²⁶

Ainda que fosse feita sob o argumento da ameaça de decadência causada pela ação indígena, a proposta de Gouveia não deixa de ser reveladora do caráter relativamente autônomo da freguesia de Guarapiranga, já que seu povoamento inicial derivou de movimentos sertanistas diversos e seu desenvolvimento não se apresentou como mero reflexo da dinâmica aurífera ou de exigências emanadas de Vila Rica e Mariana. Há pouco foi dito que, já nos primeiros anos do século XVIII, a trajetória do sertanista João Amaro sugeria uma conexão entre a freguesia piranguense e o sertão baiano, aí destacando-se as áreas pelas quais o gado transitava ao dirigir-se para as Minas. Ademais, seria um equívoco ignorar que as estruturas jurídico-administrativas de Mariana tendiam a concentrar-se na sede do termo e nos arraiais que lhe eram próximos, aspecto que, apesar da existência de juizes de vintena, conferia aos povoados distantes certa independência no tratamento dos conflitos comunitários e da organização dos espaços. A própria fundação da freguesia de Guarapiranga em 1724 deu-se antes da instalação do bispado marianense, tendo ela composto um rol de lugares considerados econômica e estrategicamente mais relevantes. A ligação com o Rio de Janeiro, por sua vez, criaria possivelmente as condições para que essa parte do sertão situado a leste da capitania mineira — ou, mais especificamente, a sudeste do termo de Mariana — se desenvolvesse em

26 *Código Costa Matoso*, p.260.

torno de três pólos econômicos cruciais: o rio São Francisco, a região mineradora da Serra do Espinhaço e o porto fluminense. Não é possível neste artigo aprofundar a questão, mas vale a pena ressaltar que a sugestão de Gouveia tinha como base a avaliação de que uma articulação desse tipo era possível.

Ainda que uma integração desse tipo, se realizada de fato, não excluísse necessariamente Mariana e Vila Rica, tenderia a criar um novo eixo urbano, demográfico e populacional de peso em Guarapiranga e cercanias. Sabe-se que as autoridades resistiram a abrir caminhos de ligação entre o Leste mineiro e o litoral por temerem o avanço do contrabando. Valeria acrescentar ainda que o estabelecimento de uma conexão efetiva entre Guarapiranga e o Rio de Janeiro resultaria em consequências políticas e geográficas decisivas, pois poderia promover, pelo menos parcialmente, um fortalecimento da área a sudeste do município marianense. Em certa medida, isso acabou por acontecer no último quartel dos Setecentos. Em razão da decadência aurífera, as regiões do Leste mineiro, especialmente a sudeste do termo de Mariana, foram adquirindo importância crescente. Não por acaso os dois primeiros municípios destacados do termo da sede do bispado foram Rio Pomba e Guarapiranga, respectivamente em 1831 e 1841. É claro que não se pode ignorar que a expansão do café pela Zona da Mata resultou de movimentos específicos e que a área cafeeira de Minas não pode ser confundida com a região localizada em torno dos rios Piranga, Xopotó e Turvo. O que se deseja aqui, através da formulação dessa hipótese, é estimular a realização de estudos que problematizem o significado e o potencial econômico e político da referida região.

É nesse contexto que se pode compreender o “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”. Seus números são instigantes porque, como se viu, se mostram ambíguos em relação àqueles apontados no “Rol de pessoas de confissão e comunhão” de 1749, que apontavam 5.536 moradores, e aos indicados por Luís José Ferreira de Gouveia, de cerca de 1750, que referiam 5.200 habitantes, sendo 3.630 de comunhão.

DE VOLTA AOS NÚMEROS: O ROL DE CONFESSADOS E A FLUTUAÇÃO DA POPULAÇÃO DE GUARAPIRANGA

No rol de 1766, são encontrados 3.702 indivíduos. Sabe-se que, de acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o arrolador devia inserir o sinal “CC” ao lado das pessoas aptas a confessar e comungar, bem como o sinal “C” ao lado do nome dos que não podiam fazê-lo: meninos com menos de quatorze anos e meninas com menos de doze.²⁷ Tais sinais aparecem no “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”, o que, a princípio, exclui a hipótese de que nele só constassem as pessoas aptas a cumprir o preceito da comunhão. O próprio título do documento indica isso. Quando Gouveia menciona a existência de uma diferença entre o total da população da freguesia e a quantidade da gente que confessa e comunga, sua queixa se dirige aos monitórios dos vigários: a diferença adviria do fato de parte dos fregueses não pagarem a desobriga, nem cumprirem o preceito de confessar e comungar. Mas ela, ainda que não desprezível, não parece ter sido excessiva. Assim, é compreensível que a lista de 1749, cujo total aparece na Tabela 1, apresente 5.536 confessados e comungados, coadunando-se com os dados de Gouveia, que, pela mesma época, apontou 5.200 pessoas, das quais 3.630 haviam recebido a comunhão, além da confissão. Nesse sentido, certamente o caderno que apresenta os dados de 1766 está incompleto. Afinal, nele não são mencionadas — pelo menos não formalmente — áreas importantes da freguesia, em especial os povoados de Manja Léguas, São José do Xopotó e Desterro do Melo, bem como Barra do Bacalhau (também conhecida como Santana dos Ferros) e a região limítrofe do rio Turvo. Vale ressaltar ainda que, durante as décadas de 1740 a 1760, e mesmo nas seguintes, não houve mudanças significativas na composição da freguesia de Guarapiranga. Não se deve, portanto, descartar a hipótese de que houvesse pelo menos mais um caderno completando a lista total do rol de 1766.

27 *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Livro I, Título XXXVII, § 144.

Raimundo José da Cunha Matos, que no geral trabalhou com informações estatísticas da década de 1820, insere, como partes do distrito de Guarapiranga, basicamente as mesmas localidades encontradas na metade do Setecentos: Bacalhau, Manja Léguas, Mestre de Campo, Salto, Senhora da Oliveira, Brás Pires, Desterro do Melo, São José do Xopotó, São Caetano do Xopotó, Santana dos Ferros, Tapera, Calambau e Espera. Juntas, elas atingiriam um total de 14.087 almas.²⁸ As localidades de Manja Léguas (447 habitantes), São José do Xopotó (1.060), Desterro do Melo (645) e Santana dos Ferros (2.620), que não são nomeadas no rol de 1766, somariam 4.772 almas, isto é, 33,8% do total da freguesia (Matos, 1981, v.1, p.108). É difícil, na comparação entre o levantamento de Cunha Matos e o documento de 1766, saber onde há ou não justaposição. Por exemplo, embora não tenha sido possível localizar nas fontes escritas e cartográficas os povoados de Salto e Mestre de Campo, ambos parecem estar no interior da antiga circunscrição da freguesia. De toda forma, é pertinente sugerir que a população de um suposto segundo caderno do rol de 1766 abarcasse uma porcentagem significativa do total da população da freguesia. Por mais arbitrário que seja, um cálculo baseado na relação entre a população de Guarapiranga indicada por Cunha Matos e aquela apontada pelo rol de 1766 pode fornecer um parâmetro interessante para a análise deste último. Se o pesquisador partir da premissa de que o suposto segundo caderno traria as localidades citadas acima, as quais representariam pelo menos um terço do total (isto é, algo próximo dos 33,8% referidos há pouco), a população total de Guarapiranga em 1766 seria mais ou menos de 5.500 habitantes.²⁹ No entanto, é bastante provável que essa cifra fosse ainda maior,

28 É difícil saber com exatidão qual é a base das informações apresentadas por Cunha Matos. Embora os dados referentes a Mariana não tragam uma data precisa, é possível que sejam relativos ao *Plano de divisão territorial da província*, feito no ano de 1826. MATOS, 1981, vol. 2, p. 63-64.

29 Para que o cálculo fique mais claro, vale a pena descrevê-lo melhor: A) Segundo os dados de Cunha Matos, os povoados de Manja Léguas, Desterro do Melo, São José do Xopotó, São Caetano do Xopotó e Santana dos Ferros, não mencionados no rol de 1766, corresponderiam a aproximadamente um terço da população total de Guarapiranga na década de 1820. B)

visto que no rol de confessados de 1784, referido por diversos autores, a freguesia já alcançava a cifra de 10.573 habitantes.³⁰

Há ainda uma outra questão, que pode ser associada às queixas de Gouveia sobre os monitórios: a dificuldade de os arroladores terem efetivo acesso a toda a população de uma freguesia ou de um distrito devido aos limites materiais existentes à época. Na visita que dom frei José da Santíssima Trindade, o sexto bispo de Mariana, fez à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, em setembro de 1823, assinalou que ela distava oito léguas da sede do termo e 74 da corte do Rio de Janeiro. E acrescentou, referindo-se a um importante mapa estatístico elaborado em 1819:

Segundo o mapa desta freguesia contém o número 12.095 habitantes, e nesta freguesia e suas capelas crismaram-se 10.662 pessoas. Quantas não estavam crismadas? Quantas? Quantas impossibilitadas para irem ao crisma? E regulada a população da matriz e das capelas, podemos fazer o orçamento da sua população a 14.000 almas; o mesmo pároco, em visitação, regulou-a em 12.950 (Visitas, 1998, p.181).³¹

Assim, o prelado sublinhava a impossibilidade de se alcançar um número exato de habitantes em razão de problemas de acesso e de desleixo, os mesmos que impediam que muitos moradores fossem crismados. Na época da visita do bispo, ocorrida num momento bastante diferente da história de Minas Gerais, a população da freguesia de Guarapiranga havia

Projetando, mesmo que arbitrariamente, essa proporção de um terço para o ano de 1766, a conclusão é a de que as 3.702 almas citadas no rol abarcariam em torno de dois terços desse total, já que excluiriam as ditas localidades. C) O terço restante, que se encontraria arrolado num suposto segundo caderno e faria menção das localidades faltantes, envolveria, portanto, 1.851 almas (3.702 / 2). D) Assim, a população total listada no rol seria de aproximadamente 5.500 pessoas (3.702 + 1.851 = 5.553).

30 Cf. por exemplo, ALMEIDA, 2010, p.52-53.

31 *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

basicamente triplicado, consolidando a ocupação do território, conforme se pode deduzir de outras informações referentes ao século XVIII.

Um documento pertencente à câmara marianense informa que, em 1720, Guarapiranga possuía 33 lojas, 1.249 escravos e 9 eclesiásticos.³² No rol de 1766, embora apareçam apenas seis clérigos, há 2.173 cativos, o equivalente, portanto, a 74% a mais do que a quantidade descrita para a década de 1720 no mesmo século. Quando se retoma o cálculo feito acima, bem como a hipótese de que haveria um segundo caderno, pode-se dizer que a população de escravos mais do que duplicou. Tais números indicam um crescimento significativo da povoação da região do Guarapiranga nesse período de quase meio século, não identificado ainda com o declínio da mineração.³³ A presença de algumas dezenas de lojas sugere a constituição, já no início da colonização da freguesia, de uma estrutura de abastecimento de produtos variados. Como os dados de 1720 trazem informações para a totalidade do termo de Mariana, é possível saber que Guarapiranga abarcava 8,7% do total de escravos e 8,2% do total de lojas de todo o município.

Quando foram apresentados, na Tabela 1, os dados do “Rol de pessoas de confissão e comunhão no termo de Mariana”, datado de 1749, viu-se que a mesma freguesia abrangia 15,3% do contingente populacional da circunscrição marianense (5.536 de 36.102 pessoas). Assim, aparentemente, o peso populacional e econômico de Guarapiranga no conjunto do termo aumentou durante a primeira metade do século XVIII. Nesse período, três áreas de fronteira se destacaram no amplo território submetido à Vila do Carmo, todas dependentes de fluxos fluviais de sentido oeste-leste: a localizada entre o Gualaxo do Norte e o Gualaxo do Sul (ambos afluentes do ribeirão do Carmo), onde se achavam Antônio Pereira, Camargos, São Sebastião, São Caetano, Furquim e, mais a leste, Barra Longa; aquela acima do rio Gualaxo do Norte, onde estavam Bento Rodrigues, Inficionado e Catas Altas; e a situada acima e abaixo do rio

32 Arquivo Público Mineiro (APM). Câmara Municipal de Mariana (CMM). Códice 4, folha 5.

33 Os dados relativos à população escrava serão tratados em outro artigo.

Guarapiranga. Esta última foi também se diversificando no decorrer do tempo, como mostra o crescimento de São Manuel do Pomba.

O crescimento da freguesia piranguense acentuou-se na segunda metade da centúria. Os róis de confessados relativos ao termo de Mariana entre 1784 e 1800 apontam para uma população que, oscilando em torno de dez mil habitantes no último quartel do Setecentos, foi gradualmente ultrapassando a marca de treze mil nos primeiros anos do século seguinte.³⁴ Em 1810, um mapa populacional do termo de Mariana, produzido pelo capitão-mor Antônio Alves Pereira, apresenta a população de treze freguesias, incluindo a “Cathedral”. Pelo mapa, é possível afirmar que Guarapiranga era a maior freguesia, com 14.221 habitantes, o que representava impressionantes 30% de toda a população do município marianense, ou seja, duas vezes mais do que o registrado em 1749. A título de comparação, a sede do termo possuía 5.134 moradores, ou seja, pouco mais de 10,8% da população total, que era de 47.378 habitantes.³⁵ Tais números se coadunam com os apresentados por dom frei José da Santíssima Trindade, que, como visto acima, orçava a população da freguesia, em 1823, em quatorze mil almas. O mesmo pode ser dito em relação às informações de Cunha Matos.

Nesse sentido, quando articulado às informações fornecidas pelas várias fontes citadas, o “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766”, mesmo estando incompleto, corrobora a tese de que as áreas de fronteira marianenses não deixaram de se expandir desde a época da descoberta das primeiras jazidas, arrancando de modo expressivo a partir da década de 1760. Grosso modo, tomando-se como referência a metade do XVIII, pode-se propor que, se no segundo e terceiro quartéis do século a população de Guarapiranga (sua freguesia mais próspera) duplicou, no quarto quartel desta mesma centúria e no primeiro

34 Ângelo Carrara apresenta dados para várias freguesias do termo de Mariana entre os anos de 1780 e 1807; no entanto, para Guarapiranga, o ano limite é 1804. Cf. CARRARA, 2007, p.324-325; ALMEIDA, 2010, p.52-53)

35 Existem dados contraditórios no levantamento. No documento, o total da população é apresentado ora como sendo de 47.378, ora como sendo de 47.398. “Mapa da população da Leal Cidade Mariana e seu termo” (1810). APM. Secretaria de Governo (SG), caixa 84, documento 54.

da seguinte, ela triplicou. Em linhas gerais, vale sugerir que, aproximadamente entre as décadas de 1720 e 1820, a quantidade de moradores piranguenses sextuplicou — foi de algo em torno de 2.500 para quase 15.000. Não surpreende que, no decorrer da segunda metade do Setecentos — e apesar da decadência da mineração e da ocupação da região do rio Pomba —, os valores dos dízimos cobrados em Guarapiranga, em média dez contos de réis anuais, tenham sido os maiores do termo de Mariana, estando entre os mais significativos da comarca do Ouro Preto e mesmo da capitania de Minas Gerais.³⁶ (Almeida, 2010, p.61-62) Tais cifras reforçam a ideia de que o desenvolvimento de Guarapiranga se mostrou relativamente autônomo e marcado por dinâmica própria — o que não significa alijar-se de redes de produção, circulação e consumo locais, regionais e atlânticas, mas sim inserir-se nelas de modo específico.

É verdade que, segundo o recenseamento de 1831-1832, a população de Guarapiranga era de 10.964 habitantes, número que indica uma significativa diminuição de mais de 3.000 habitantes em cerca de uma década, se considerados os dados de 1819, os quais serviram de base para as considerações do bispo Trindade.³⁷ Mas essa queda, tendo ou não significado a ocorrência de algum tipo de refluxo econômico na região piranguense, deveu-se também a dois fatores não excludentes: a migração para zonas do Leste mineiro mais próximas do Rio de Janeiro; e possíveis mudanças na composição territorial das freguesias, com inserções e exclusões de povoados — fenômenos bastante comuns durante o século XIX.³⁸ Des-

36 Tomando-se como base os mesmos valores indicados em nota anterior, esses dez contos de réis equivaleriam a aproximadamente 50 escravos jovens e capacitados.

37 Como dito em nota anterior, os dados do recenseamento de 1831-1832 foram disponibilizados pelo Núcleo de Pesquisa Histórica e Demográfica do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, no endereço: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php>. Consultado em 16 mai. 2018.

38 A descrição das mudanças na composição das freguesias da área correspondente ao antigo termo de Maria escapa aos objetivos deste artigo, especialmente porque, como foi dito acima, a circunscrição de Guarapiranga permaneceu relativamente estável desde a criação da freguesia em 1724. Pelo menos é o que sugere o conjunto de fontes documentais, populacionais e cartográficas consultadas. Mencione-se ainda que redefinições nas áreas das freguesias foram mais comuns após a Independência do Brasil devido à importância delas para os processos eleitorais.

taque-se novamente que o extensíssimo termo de Mariana, constituído na fundação da antiga Vila do Carmo, em 1711, foi pela primeira vez desmembrado, com a criação do município de Rio Pomba, justamente em 1831. A nova frente de expansão para São Manoel dos Índios do Pomba se tornou foco decisivo de atração de colonos, principalmente no início do século XIX, ampliando o número dos seus habitantes. Se no mapa de 1810 essa freguesia aparecia com 5.525 almas, na década de 1820 sua população já havia saltado para 8.346 pessoas (Matos, 1981, vol. 1, p.108).

CONCLUSÃO

Os números apresentados ratificam a tese de que a produção agropecuária esteve consorciada à mineração desde o início da colonização de Guarapiranga, possibilitando a paulatina constituição de uma consolidada área produtiva. No que tange ao termo de Mariana, a decadência da produção aurífera não abalou o fortalecimento de áreas prósperas como Guarapiranga e Pomba, que, em meio a inúmeros e intensos conflitos, lograram manter a produção agropecuária e ampliar a população ao mesmo tempo em que dilatavam suas fronteiras.

Como a historiografia vem afirmando há algumas décadas, uma expansão demográfica mais efetiva nas vastas áreas do termo de Mariana desenvolveu-se no último quartel do Setecentos devido, em parte, à percepção de que o declínio da extração aurífera vinha se acentuando.³⁹ Além disso, o fator demográfico, por si só, constitui um elemento

39 O termo “acomodação evolutiva” foi utilizado por Douglas Libby para designar o processo de fortalecimento do setor agropecuário nas Minas durante o período de decadência da produção aurífera, especialmente entre os anos de 1780 e 1810. LIBBY, 1989, p.156. Tratando do termo de Mariana, Carla Almeida considerou que a região de Guarapiranga, por ter uma produção diversificada, não apenas absorveu o impacto da queda da produção aurífera, como também se desenvolveu economicamente, tendo como base a agropecuária. ALMEIDA, 2010, p.52. Criticando a perspectiva dos ciclos econômicos de raiz “cepalina”, Roberto Borges Martins ressalta que Minas Gerais se constituiria em uma grande importadora de escravos, não obstante a queda da produção mineral (ouro e diamantes) e mesmo antes do avanço da produção cafeeira na Zona da Mata. Tal fenômeno seria explicado pela existência de uma economia “próspera e diversificada, desvinculada da grande lavoura e da *plantation* exportadora”, mas capaz de formar e de mobilizar

explicativo: uma vez que, mesmo excluídos os escravos africanos, a população das Minas nunca deixou de crescer durante o século XVIII, pode-se sugerir que a chamada ruralização da economia se acentuaria, em maior ou menor medida, mesmo se a mineração continuasse a ser uma atividade rentável. A coexistência de crescimento vegetativo e de terras disponíveis tenderia a incentivar a migração para o interior do termo marianense, alimentando os movimentos específicos iniciados com os primeiros descobertos auríferos, bem como a pressão sobre as nações indígenas, em especial na região em foco.

O “Rol dos que confessaram e comungaram no ano de 1766” em Guarapiranga consiste, nesse sentido, num documento importante para se compreender um momento particular da expansão econômica e demográfica das áreas a sudeste de Mariana. É mesmo possível distinguir cinco fases distintas relativas à conquista e colonização dessa área: o final do século XVII e o início do XVIII correspondem ao período de descoberta e ocupação primária; as décadas de 1720, 1730 e 1740 assistiram a significativa expansão, fenômeno que envolveu diversos conflitos com indígenas, os quais já ocorriam amplamente antes da decadência da mineração; nos anos de 1750 e 1760, a região tendeu a estabilizar-se, deixando, aos poucos, de configurar-se propriamente como área de fronteira; durante o último quartel do Setecentos e o primeiro do Oitocentos, houve expansão significativa, com expressivos aumentos populacional e de ocupação de terras; por fim, a partir da década de 1830, a criação de novos municípios acompanhou a tendência de consolidação do intento colonizador do Leste mineiro, o qual já se inseria nos debates sobre a formação do Estado Nacional.

o mercado interno, considerado o motor da economia mineira no século XIX. Esse mercado teria se tornado viável graças à associação, ainda no século XVIII, da agropecuária com a mineração, de tal sorte que a queda desta atividade não significaria a depressão da economia de Minas como um todo. Segundo o autor “a diversificação da economia colonial mineira foi um processo muito precoce, gradual, natural e inevitável”. Foi através de “um mercado impulsionado pelas crescentes demandas de uma população em expansão, que a capitania atingiu a autossuficiência alimentar, em plena ascendência da produção aurífera” (MARTINS, 2018, p.411 e p.519-520).

O rol de 1766, portanto, foi produzido no momento em que parte dos sertões do Leste, na qual Guarapiranga ocupava papel central, vivia uma lenta e profunda metamorfose através da qual uma região fronteiriça de colonização preparava-se para a arrancada que a tornaria, já avançado o século XIX, um conjunto de municípios relativamente bem integrados entre si. Durante as cinco fases apontadas, as novas formas de territorialização da região localizada a sudeste da cidade de Mariana, em especial de Guarapiranga e Pomba, envolveram a prática constante da guerra contra os indígenas, bem como a adoção de estratégias de catequização. Isso quer dizer que territorialização colonial implicou desterritorialização indígena e a substituição de aldeias por aldeamentos, fazendas, povoados e arraiais.

A fronteira era uma área caracterizada por vastidões territoriais, ocupadas ou não, pelos conflitos com populações autóctones que lutavam para manter suas formas sociais, recuavam, avançavam, perdiam posições e as recuperavam, bem como pelo intento de organizar estruturas de produção, circulação e consumo em meio a dificuldades materiais e impostas pela natureza. Fronteira implicava conflito indefinido e ao mesmo tempo ponto de partida para outras incursões. Era caracterizada, pois, por porosidade. Tratava-se de promover uma territorialização — isto é, um determinado tipo de organização social do espaço — e, por isso mesmo, também uma desterritorialização, a qual foi duramente sentida pelos grupos indígenas da região. A hipótese de que Guarapiranga estava deixando de ser fronteira quando da feitura do rol de 1766 remete, portanto, a um intento colonizador que se deu não apenas por meio do aumento populacional, mas também pelo combate a indígenas e quilombolas, pela fixação de estruturas produtivas nas localidades e pela inserção em redes de comunicação razoavelmente estáveis. Se na década de 1780 a população da freguesia havia duplicado em relação ao início da década de 1750, tal fenômeno demográfico não pode ser separado do avanço da organização colonial do território e da estrutura de produção, circulação e consumo, como indicam os dados sobre cobrança do dízimo. Nesse sentido, sendo o objetivo deste artigo o de entender fatores variados que permitiram que Guarapiranga fosse deixando de ser uma área fronteiriça, procurou-se conjugar a reconstituição da curva

de sua expansão populacional, territorial e econômica com um olhar microscópico capaz de recuperar diferentes ritmos, sugerindo-se ainda a importância de se entender a diversidade da dinâmica colonizadora nas Minas dos séculos XVIII e XIX por meio da análise de situações específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010.
- ANDRADE, Francisco Eduardo. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Editora UFV, 2008.
- ANDRADE, Mateus Rezende. *Compadrio e família em zona de fronteira agrícola: as redes sociais da elite escravista, freguesia de Guarapiranga (c. 1760 – c. 1850)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SETERB, 1971.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.
- BOTELHO, Tarcísio R. A família mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do tempo, 2013.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: produção e mercado interno de Minas Gerais, 1674 -1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeiras e sertanistas do Brasil. Séculos XVI, XVII, XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LEMOS, Gusthavo. *Minas da Terra*. Família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola, Minas Gerais, 1800-1856. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2014.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: USP, 1992.
- LIBBY, Douglas Cole. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte: UFGM, n. 9, 1989, p.149-160.
- LIBBY, Douglas. O 'grande plantel mineiro' do século XIX: origens e posses. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Companhia do tempo, 2013.
- MARTINS, Roberto. *Crescendo em Silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins e Associação Brasileira de Pesquisa em História Econômica, 2018.
- PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- PAIVA, Clotilde A. Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais. In: COSTA, Iraci del Nero da (Org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE, 1986.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. 'Brasis coloniales': índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas*. vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas*. Idéias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: UFGM, 2008.
- SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras*. Conquista e ocupação do sertão baiano. São Paulo: EDUSP, 2017.
- TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Mariana*. Subsídios para a sua história. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

- VALENTE, Priscilla Firmiano. *Viúvas e solteiras chefes de domicílio na freguesia de Guarapiranga, 1800-1870*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História média de Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.